

Incerteza e oportunidades: COP30, ESG e transição energética¹

Marcella Ungaretti²

Luiza Aguiar³

O cenário global segue marcado por instabilidade. Tensões geopolíticas, incertezas macroeconômicas e mudanças no comércio internacional - como as novas tarifas dos EUA - alimentam a volatilidade. Nesse ambiente, é tentador pensar que temas de longo prazo - como a agenda ESG - poderiam perder protagonismo. Mas acontece exatamente o contrário.

Em novembro, os olhos do mundo se voltarão para Belém do Pará, que sediará a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025. As expectativas são altas - e legítimas. A cúpula ocorrerá em um momento geopolítico delicado e a pergunta que fica é: será que, em meio a tantos ruídos, a COP30 conseguirá reacender a cooperação internacional em torno da agenda ambiental?

A resposta importa - e muito. A conferência marca dez anos do Acordo de Paris e coincide com a atualização das Contribuições Nacionalmente Determinadas para 2035. Para o Brasil, o evento coloca o país no centro das discussões - e das decisões - sobre o futuro climático e financeiro. Um momento raro, que não deve ser desperdiçado.

Dentre os temas que são caros para a nação, destacam-se: uso da terra, combate ao desmatamento, valorização do capital natural e o avanço na regulamentação do Artigo 6, que trata da cooperação internacional por meio de mercados de carbono.

Além disso, outro movimento relevante se destaca adiante: a transição para fontes de energia limpas, que mantém seu curso e cresce impulsionada por fundamentos sólidos. Tecnologias maduras, custos competitivos e menores prazos de implementação pavimentam esse caminho.

Além disso, surge uma nova variável: a crescente demanda por energia frente ao avanço da inteligência artificial e expansão dos data centers, que começa a ter impacto inclusive no Brasil. Embora o tamanho desse acréscimo ainda seja incerto, já é claro que o Brasil, com uma matriz majoritariamente renovável (88% contra a média global de 25%) e energia de baixo custo, está bem posicionado para atrair investimentos, tornando-se um terreno fértil para oportunidades ancoradas em fundamentos estruturais de longo prazo.

Dando sequência à discussão sobre energia, é importante notar que a expansão das

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/financas/coluna/incerteza-e-oportunidades-cop30-esg-e-transicao-energetica.ghtml>

Acessado em 07.08.2025

² Sócia e chefe de research ESG da XP

³ Analista sênior de research ESG da XP

fontes renováveis nos últimos anos, embora positiva, traz consigo desafios. À medida que as renováveis ganham participação na matriz global, aumenta também a complexidade de equilibrar oferta e demanda em tempo real - afinal, o sol nem sempre brilha e o vento nem sempre sopra, mas o consumo persiste.

Nesse contexto, entram em cena os Sistemas de Armazenamento em Baterias (BESS), que conferem flexibilidade e confiabilidade à rede. De acordo com a BloombergNEF, as instalações globais de armazenamento devem avançar 76% já em 2025. No Brasil, embora ainda incipiente, esse tema avança, com o primeiro leilão de armazenamento previsto para o segundo semestre, o que pode representar um novo marco ao sinalizar a viabilidade econômica e regulatória do armazenamento - um elemento-chave para ampliar a competitividade das renováveis.

Outro tema de destaque são os avanços expressivos dos mercados de carbono. Após uma crise de credibilidade, o mercado voluntário começa a amadurecer, com critérios de certificação mais exigentes e ênfase na integridade dos projetos. Enquanto a oferta de créditos se estabiliza, o Brasil ganha protagonismo, e embora a demanda ainda seja majoritariamente internacional, já se delineia um mercado doméstico emergente. Paralelamente, o Ministério da Fazenda caminha para divulgar o plano de implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE). O processo será gradual, técnico e politicamente complexo, mas representa um passo decisivo para a agenda no país.

Por fim, o segundo semestre de 2025 marca uma mudança silenciosa, mas significativa, no ambiente regulatório de reporte ESG. A histórica fragmentação de padrões começa a ser superada com maior coordenação entre “frameworks” internacionais, com destaque para o International Sustainability Standards Board (ISSB) e a Global Reporting Initiative (GRI).

No Brasil, empresas como Vale e Lojas Renner saíram na frente, adotando voluntariamente os padrões ISSB, antecipando-se às exigências da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) previstas para 2027. A questão agora é quantas empresas seguirão esse caminho, diante da demanda crescente por relatórios ESG mais padronizados, robustos e relevantes.